



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**PROCESSO Nº 020/2026**

**UASG nº 929553**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA FORNECEDORES LOCAIS E REGIONAIS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DA LEI MUNICIPAL Nº 1.625/2026.

**1.1.** A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, torna público que, na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Amazonas, nº 170, através da Plataforma Eletrônica "[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)", realizar-se-á licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas da Câmara Municipal de Piên, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no termo de referência, ANEXO I.

**1.2.** Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores, Lei Municipal nº 1.625/2026 e demais legislações aplicáveis.

**1.2.1.** LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO LOCAL

**1.2.1.1.** Considerando que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00, o presente certame será destinado exclusivamente à participação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 1.625/2026.

**1.2.1.2.** A exclusividade prevista neste edital recai sobre o enquadramento jurídico-econômico da licitante como MEI, ME ou EPP, não constituindo, por si só, restrição territorial absoluta à participação de empresas sediadas fora do Município de Piên/PR.

**1.2.1.3.** Sem prejuízo da participação das demais MEI, ME e EPP regularmente enquadradas e aptas à execução do objeto, será assegurada prioridade de contratação às empresas locais, assim consideradas aquelas sediadas no Município de Piên/PR, até o limite de 10% sobre o melhor preço válido obtido no certame, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

a) existência de justificativa técnica e econômica na fase preparatória, demonstrando que a prioridade local contribui para o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, para a ampliação da eficiência da política pública e para a melhor execução do objeto;

b) comprovação, na fase interna do procedimento, da existência de, no mínimo, 03 fornecedores locais aptos e potencialmente competitivos, com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

c) compatibilidade do preço final com os valores praticados no mercado;

d) inexistência de prejuízo à competitividade, à economicidade, à eficiência e à vantajosidade da contratação;

e) atendimento integral, pela empresa beneficiária, das condições de habilitação, qualificação técnica e execução previstas neste edital e em seus anexos.

1.2.1.4. A prioridade de contratação local prevista neste edital não autoriza a contratação de proposta manifestamente inexecutável, incompatível com o mercado ou apresentada por empresa que não comprove o efetivo enquadramento como MEI, ME ou EPP e a sua condição de empresa local.

1.2.1.5. Não havendo empresa local classificada dentro da margem de prioridade prevista neste edital, ou não sendo aceita a negociação pela empresa local convocada, ou ainda não sendo comprovados os requisitos legais e editalícios, será observada a ordem regular de classificação, sem prejuízo da aplicação subsidiária da prioridade às empresas regionais, nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, caso atendidos os mesmos requisitos de justificativa, competitividade, vantajosidade e compatibilidade de preços.

1.2.1.5.1. Neste edital entende-se como empresa regional, conforme Lei Municipal nº 1.625/2026, Art. 2º, II

“Empresas regionais: aquelas sediadas nos municípios limítrofes (Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho), ou integrantes da Microrregião do Rio Negro, a qual é composta por, além do próprio município de Piên, os municípios de Agudos do Sul, Campo do Tenente, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do Sul, em conformidade com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);”

1.2.1.6. A prioridade local prevista neste edital constitui critério de preferência de contratação, não se confundindo com vedação de participação, habilitação territorial obrigatória ou reserva absoluta de mercado.

1.2.2. Para os fins deste edital, consideram-se:

I - empresa local: a MEI, ME ou EPP sediada no Município de Piên/PR;

II - empresa regional: a MEI, ME ou EPP sediada nos municípios definidos como regionais pela Lei Municipal nº 1.625/2026;

III - melhor preço válido: o menor preço obtido após a etapa competitiva de lances, desde que a proposta seja aceitável, exequível e compatível com o objeto e com o preço máximo fixado pela Administração;

IV - margem de prioridade local: a diferença de até 10% entre a proposta da MEI, ME ou EPP local e o melhor preço válido obtido no certame conforme previsto no §3º do artigo 48 da LC 123/2006.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: Departamento de Administração da Câmara Municipal.**

**1.4.** O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 01 de julho de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 01 de julho de 2026.**

**1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: "www.gov.br/compras/pt-br"**

**1.6.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**1.7.** Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações Compras.Gov, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com a Câmara Municipal de Piên.

**1.8.** A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

**1.9.** O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico

<https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes> e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**1.10.** O PREGÃO será conduzido pela pregoeira Gizele de Fátima Santos Casagrande, designada pela Portaria nº 003/2024, auxiliada pela EQUIPE DE APOIO composta por Soeli Wendrechovski e Daiane Aparecida Sura da Silva, designadas pelas Portarias nº 016/2025.

## **2. OBJETO DO PREGÃO:**

2.1 Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas da Câmara Municipal de Piên, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no termo de referência, condições e exigências estabelecidas neste instrumento

**3.** Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, com fornecimento de mão de obra e equipamentos.**

## **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**4.1.** As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através da dotação abaixo:

<b>Secretaria:</b>	<b>Funcional:</b>
Câmara Municipal de Piên	01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ 3.3.90.39.59.00 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto
--	--

## 5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

**5.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) do COMPRAS.GOV** "[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)"

**5.2.** Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Câmara Municipal de Piên, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "COMPRAS.GOV" constante da página eletrônica.

## 6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

**6.1.** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4**.

## 7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

**7.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico exclusivamente os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que explorem ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, e que não incidam em qualquer das hipóteses impeditivas previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste instrumento convocatório.

**7.1.1.** A participação no certame não será restrita exclusivamente às empresas sediadas no Município de Piên/PR, sem prejuízo da aplicação da prioridade de contratação local prevista neste edital.

**7.1.2.** Empresas não enquadradas como MEI, ME ou EPP não poderão participar do presente certame, ressalvada eventual retificação formal do edital pela Administração, se constatada hipótese legal de afastamento da licitação exclusiva.

**7.2.** Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

**7.2.1.** Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

**7.2.2.** Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

**7.2.3.** O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufera receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.4. A condição de empresa local ou regional será aferida pelo estabelecimento empresarial indicado no CNPJ da licitante participante do certame, devendo ser compatível com os documentos societários, fiscais e cadastrais apresentados.

7.2.5. Para usufruir da prioridade de contratação local ou regional prevista neste edital, a licitante deverá comprovar, quando convocada, sua condição de MEI, ME ou EPP e sua sede ou estabelecimento no Município de Piên/PR ou, subsidiariamente, na região definida pela Lei Municipal nº 1.625/2026.

7.2.6. A comprovação da condição de empresa local ou regional poderá ser realizada por meio de cartão CNPJ, ato constitutivo, inscrição municipal, alvará de localização e funcionamento, certidão ou outro documento oficial idôneo que demonstre a sede ou estabelecimento da licitante no respectivo território.

7.2.7. A declaração falsa de enquadramento como MEI, ME, EPP, empresa local ou empresa regional sujeitará a licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da inabilitação, desclassificação ou rescisão contratual, conforme a fase do procedimento.

**7.3.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes enquadradas como MEI, ME ou EPP, do ramo pertinente ao objeto, que estejam devidamente cadastradas junto ao COMPRAS.GOV e que atendam às condições de participação, habilitação, qualificação técnica e demais exigências previstas neste edital e em seus anexos.

**7.4.** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**7.5.** Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

- a)** de servidores, vereadores ou dirigentes da Câmara Municipal de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes da Câmara de Piên;
- b)** de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c)** de interessados que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d)** de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;
- e)** de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);
- f)** também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda,



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

**7.6.** Para fins de verificação de atendimento à alínea “f” do item 7.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

**a)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;

**c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;

**d)** Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

**e)** Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

**7.6.1. A verificação do item 7.6 alíneas “a” a “e” será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.**

**7.7.** No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 5.2**. Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, podendo ser prorrogado por igual período mediante autorização do agente de contratação e equipe.

**7.8.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao COMPRAS.GOV, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

**7.8.1.** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

**a)** DIRETAMENTO NO SITE “[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)”.

**b)** Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido. (O LICITANTE QUE APRESENTAR SUA PROPOSTA, NA PRESENTE LICITAÇÃO, DECLARA TER PLENO CONHECIMENTO, DE ACEITAÇÃO E DE ATENDIMENTO AS EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NESTE EDITAL)

**7.8.2.** As licitantes deverão declarar, no campo próprio do sistema ou no campo de informações adicionais, conforme disponibilizado pelo COMPRAS.GOV, sua condição de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob as penas da lei, para fins de participação no certame exclusivo e aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**7.8.3.** A licitante que pretender usufruir da prioridade de contratação local ou regional prevista neste edital deverá declarar tal condição e apresentar, quando da habilitação, documentação idônea apta a comprovar sua sede ou estabelecimento no Município de Piên/PR ou na região definida pela Lei Municipal nº 1.625/2026.

## **8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

**8.1.** O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c)** abrir as propostas de preços;
- d)** analisar a aceitabilidade das propostas;
- e)** desclassificar propostas indicando os motivos;
- f)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h)** declarar o vencedor;
- i)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j)** elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k)** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l)** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

### **8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV**

**8.2.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.8.1.**

**8.2.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas cadastrada no Sistema de Compras COMPRAS.GOV, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**8.2.3.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**8.2.4.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Sistema COMPRAS.GOV.

**8.2.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Câmara Municipal de Piên** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**8.2.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

### **8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO**

**8.3.1.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

**8.3.2.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**8.3.3.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: 0800 978 9001 - suporte COMPRAS.GOV

### **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**9.1** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**9.1.1.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**9.1.2.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**9.2.** Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**9.3.** O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**9.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**9.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**9.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

### **10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

**10.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

*Valor total;*

**10.2.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

**10.3.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.4.** Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**10.5.** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

**10.6.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

**10.7.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**10.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

### **11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**11.1.** A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico "[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)" será aberta automaticamente com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando o pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

**11.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

**11.3.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**11.5.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**11.6.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**11.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

### **12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**12.1.** A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico "**[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**".

**12.2.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**12.3.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**12.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**12.5.** O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**12.6** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 5,00(cinco reais)**.

**12.7.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**12.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**12.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**12.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**12.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**12.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**12.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**12.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**12.15.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**12.16.** Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio "[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)"

**12.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Encerrada a etapa de envio de lances, antes da aceitação definitiva da proposta, serão aplicados os critérios legais de desempate e de preferência de contratação previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 1.625/2026 e neste edital.

12.18.1. A aplicação da prioridade de contratação local observará o melhor preço válido obtido após a etapa competitiva de lances, considerando-se apta à convocação a MEI, ME ou EPP local cuja proposta final esteja até 10% acima do melhor preço válido, desde que atendidos os requisitos previstos neste edital.

12.18.2. Havendo uma ou mais empresas locais classificadas dentro da margem de prioridade de até 10%, será convocada, primeiramente, a empresa local mais bem classificada para negociação e apresentação de proposta final, no prazo assinalado pelo pregoeiro no sistema, sob pena de decadência do direito de preferência.

12.18.3. A negociação com a empresa local deverá buscar a obtenção da melhor proposta para a Administração, admitida a contratação dentro do limite de até 10% sobre o melhor preço válido, desde que o preço seja compatível com o mercado, a escolha seja motivada e a vantajosidade tenha sido expressamente registrada nos autos do procedimento.

12.18.4. Não aceitando a empresa local convocada a negociação, não comprovando sua condição de MEI, ME ou EPP local, sendo inabilitada ou tendo sua proposta recusada, serão convocadas as demais empresas locais classificadas dentro da margem de prioridade, observada a ordem de classificação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

12.18.5. Inexistindo empresa local apta à contratação dentro da margem de prioridade, ou esgotadas as convocações das empresas locais, poderá ser aplicada, subsidiariamente, a prioridade às empresas regionais, nos termos da Lei Municipal nº 1.625/2026, desde que atendidos os mesmos requisitos de justificativa, competitividade, vantajosidade, compatibilidade de preços e comprovação documental.

12.18.6. A aplicação da prioridade local ou regional não dispensa a análise de aceitabilidade da proposta, exequibilidade, habilitação, qualificação técnica e demais exigências constantes deste edital.

12.18.7. Persistindo empate real após a aplicação dos critérios legais e editalícios de desempate e preferência, será adotado o procedimento de desempate previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, quando cabível, o sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

**12.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**12.191.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.19.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**12.20.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**12.21.** Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos ao pregoeiro via Sistema.

**12.2.** O pregoeiro/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do pregoeiro.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**13.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**13.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**13.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**13.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**13.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**13.6.** O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

**13.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

**13.7.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

**13.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.9.** Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**13.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:**

**14.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.6.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

**14.2.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, o pregoeiro examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo, sendo que a não inclusão de qualquer documento elencado abaixo, na COMPRAS.GOV, acarretará na inabilitação do participante:**

#### **14.3.1 Habilitação Jurídica:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação),
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### 14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

### 14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

### 14.3.4 Qualificação Técnica: DA PROVA DE CONCEITO (DEMONSTRAÇÃO PRÁTICA)

14.3.4.1. Como condição de habilitação, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e que tenha apresentado a documentação solicitada para a habilitação deverá realizar uma Prova de Conceito (PoC).

- Parágrafo Único: A PoC possui caráter exclusivamente eliminatório e visa comprovar que os equipamentos e *softwares* ofertados atendem às especificações mínimas deste Termo, bem como comprovar a capacidade técnica da equipe.
  - a. Após convocação pelo Pregoeiro, a empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para montar e testar a solução técnica no Plenário da Câmara Municipal.
  - b. A demonstração prática simulará uma transmissão, terá duração mínima de 15 minutos em ambiente de transmissão, onde a licitante deverá comprovar operacionalmente:
    - Câmeras: Operação simultânea de no mínimo 02 câmeras Full HD (01 PTZ e 01 fixa/móvel), com teste de movimentação, foco e *presets*.
    - Corte e Grafismo: Alternância de imagens em tempo real e inserção de elementos gráficos básicos (nomes de vereadores/oradores).
    - Áudio: Integração com o sistema de som local, com captação limpa, controle de volume e perfeita sincronização com o vídeo.
    - Processamento: Estabilidade do computador/encoder na codificação H.264 e na gravação local em Full HD.

- a. Todas as despesas com transporte, montagem e pessoal para a realização da PoC correm por conta exclusiva da licitante.
- b. A avaliação será realizada pela Diretoria do Departamento Administrativo e servidores designados, e a equipe emitirá parecer de APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO.
- c. Será desclassificada a licitante que:
  - Deixar de realizar a demonstração no prazo ou local estipulado;
  - Apresentar equipamentos inferiores aos requisitos mínimos exigidos;





## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- Apresentar falhas graves que comprometam a qualidade visual ou sonora
- d. Em caso de reprovação ou não comparecimento, a Administração convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, para submissão ao mesmo procedimento.

### 14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

- 1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão Da Câmara de Piên;
- 3) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 4) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
- 5) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VII

c) No caso de a empresa se enquadrar em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração conforme modelo do ANEXO VIII acompanhada de comprovante.

d) Caso a licitante pretenda usufruir da prioridade de contratação local ou regional prevista neste edital, deverá apresentar, quando convocada, documentos aptos a comprovar sua condição de empresa local ou regional, especialmente cartão CNPJ, ato constitutivo, inscrição municipal, alvará de localização e funcionamento, certidão cadastral ou outro documento oficial idôneo.

e) A Administração poderá realizar diligências para confirmar a autenticidade, atualidade e pertinência dos documentos apresentados, inclusive mediante consulta a bases oficiais, cadastro econômico municipal, Receita Federal, mapa de empresas, Junta Comercial, cadastro municipal de contribuintes ou outros meios legítimos de verificação.

**14.4.** A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

**14.4.1** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**14.4.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**14.4.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

**14.5.** Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

**14.6.** Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

**14.7.** Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

**14.8.** A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

**14.9.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**14.9.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**14.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**15.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a)** apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;
- b)** apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;
- c)** especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;
- d)** apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;
- e)** apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R\$ 1,12)** e irrecorrível apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**f)** incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc.

**g)** No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**h)** Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

**15.2.** Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM, COM FORNECIMENTO DE MÃO - DE - OBRA E EQUIPAMENTOS**

**15.3.** Serão **desclassificadas** as propostas que:

**a)** Contenham **mais de três casas decimais**;

**b)** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão do pregoeiro;

**c)** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

**d)** Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

## **16. DA GARANTIA:**

16.1. Não será exigido garantia para este edital.

## **17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:**

**17.1.** É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

**17.1.1.** A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico do COMPRAS.GOV. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* [licitacao@pien.pr.leg.br](mailto:licitacao@pien.pr.leg.br) ou através do telefone (41) 98752 8536, este último apenas informal.

**17.1.2.** Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

## **18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

**18.1.** É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**18.1.1.** As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico COMPRAS.GOV. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* [licitacao@pien.pr.leg.br](mailto:licitacao@pien.pr.leg.br).

**18.1.2.** A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

**18.1.3.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

### **19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**19.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**19.2.** Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**19.2.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**19.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**19.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**19.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da Câmara Municipal.

**19.5.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**19.5.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**19.5.2.** Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**19.5.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**19.5.4.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**20.1.** Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta do contrato em **ANEXO II** a este.

### **21. ADJUDICAÇÃO:**

**21.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo o pregoeiro adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

**21.2.** Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

### **22. HOMOLOGAÇÃO:**

**22.1.** Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

**22.2.** A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

### **23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:**

**23.1.** O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site [www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp) também no site oficial da Câmara Municipal de Piên, endereço <https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes>

### **24. CONTRATO:**

**24.1.** Os itens objeto deste PREGÃO serão registrados em **CONTRATO** e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

**24.2.** A proponente adjudicatária deverá assinar digitalmente o contrato, com certificado digital válido.

**24.2.1.** Não sendo assinada o contrato, poderá o órgão licitante convocar as outras proponentes classificadas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**24.3.** A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, inclusive por e-mail.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura do contrato deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de convocação.

24.5. Para a assinatura do contrato, a Licitante poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

24.6. Também para assinatura do contrato, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

24.7. A recusa injustificada de assinar o contrato, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas na minuta do contrato que faz parte deste edital.

24.8. O contrato poderá sofrer alterações, respeitadas as disposições contidas na lei federal 14.133/21.

24.8.1. Os preços contratuais poderão ser revistos para mais ou para menos em caso de força maior, caso fortuito ou fatos imprevisíveis que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante ampla comprovação documental pelas partes, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

24.8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

24.8.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

24.8.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

24.8.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder manter o compromisso assumido, contratante poderá:

24.8.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

24.8.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

24.9. O contrato terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado conforme interesse a administração.

### **25. ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:**

**25.1.** Conforme termo de referência.

### **26. Recebimento e Critério de Aceitação do Objeto**

**a)** Provisoriamente, para a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b)** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

**c)** No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**26.1.** A logística da entrega do objeto deve seguir rigorosamente este edital e seus anexos;

**26.2.** O objeto deve atender às normas técnicas e os materiais utilizados devem apresentar garantia de qualidade, a fim de atingir máxima qualidade e durabilidade do objeto. Sujeito à intervenção pelo técnico responsável da contratante.

### **27. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**27.1.** A prestação dos serviços, ocorrerão na Sede da Câmara Municipal de Piên, na Rua Amazonas, 170, Centro, Piên/PR – CEP 83.860.000.

### **28. PAGAMENTO:**

**28.1.** O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante. O pagamento poderá ser realizado, via boleto bancário ou ainda em conta do Banco do Brasil ou Caixa Econômica, diferente disso, haverá cobrança de tarifa bancária .

**28.1.1.** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

**28.2.** A Câmara Municipal de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

**28.3.** A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome da Câmara Municipal de Piên, CNPJ nº. 01.603.097/0001-90, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

**28.4.** Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderão ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

### **29. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**29.1.** As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato dela decorrente.

**29.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**29.2.1.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**29.2.2.** Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

**29.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

**29.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

**29.5.** A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

**29.6.** Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

**29.7.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**29.8.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

**29.9.** A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

**29.10.** Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo pregoeiro, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

**29.11.** Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO

### 30. RELAÇÃO DE ANEXOS

30.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta do contrato
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Piên/PR, 16 de junho de 2026

---

Gizele de Fátima Santos Casagrande  
Pregoeira



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, para 40 sessões, pelo período de 01 ano, podendo ser prorrogado conforme interesse da administração desta Casa Legislativa.

1.2. **Preço Máximo com base em pesquisa de Preços:**

OBJETO	VALOR UN	VALOR TOTAL (40 sessões)
Filmagem e transmissão das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara Municipal de Piên, em licitação exclusiva para MEI, ME e EPP, com prioridade de contratação para empresa local, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 1.625/2026, observados os requisitos de justificativa, competitividade, vantajosidade e limite máximo de até 10% sobre o melhor preço válido.	R\$ 1.199,17	R\$ 47.966,80

### 2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. **Serviços de captação, gravação, transmissão ao vivo, disponibilização de conteúdo audiovisual, transcrição/degravação e legendagem das sessões legislativas da Câmara Municipal de Piên/PR**

A empresa contratada deverá executar, de forma contínua, integral e tecnicamente adequada, os serviços de captação de imagem, captação e tratamento de áudio, gravação integral, transmissão ao vivo, disponibilização do conteúdo audiovisual, transcrição/degravação e legendagem das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e demais eventos institucionais da Câmara Municipal de Piên/PR, conforme demanda da Administração.

A presente especificação estabelece padrões mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se o fornecimento de equipamentos, softwares, periféricos e soluções técnicas equivalentes ou superiores, desde que assegurado o resultado final exigido pela Administração, preservada a ampla competitividade do certame.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

## **2.1. Objeto detalhado**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de captação, gravação, transmissão ao vivo, disponibilização de conteúdo audiovisual, transcrição/degravação e legendagem das sessões legislativas e eventos institucionais da Câmara Municipal de Piên/PR.

O objeto compreende, no mínimo:

- a)** filmagem completa das sessões legislativas e eventos institucionais indicados pela Câmara;
- b)** captação de áudio e imagem;
- c)** transmissão ao vivo em plataformas digitais (Facebook e Youtube);
- d)** gravação integral das sessões;
- e)** operação de câmeras e corte ao vivo;
- f)** inserção de elementos gráficos básicos durante a transmissão;
- g)** disponibilização posterior do vídeo integral.

## **2.3 Justificativa técnica**

A contratação tem por finalidade assegurar transparência, publicidade institucional, acesso da população aos atos legislativos, preservação do registro audiovisual das sessões e melhoria da qualidade técnica das transmissões da Câmara Municipal.

A definição de requisitos mínimos de equipamentos, operação, transmissão, gravação, transcrição e legendagem busca assegurar padrão técnico adequado, sem restringir indevidamente a competitividade, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores às especificadas.

A estrutura proposta parte de análise das transmissões já realizada nesta Casa de Leis, que indicou a necessidade de contratação de empresa especializada para filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas, com exigência mínima de câmeras, sistema de corte, transmissão, áudio, operação técnica e disponibilização posterior do conteúdo.

### **2.3.1 Justificativa para aplicação da prioridade de contratação local**

A aplicação da prioridade de contratação em favor de MEI, ME e EPP sediadas no Município de Piên/PR justifica-se pela natureza presencial, contínua e operacional do objeto, consistente na prestação de serviços de filmagem, transmissão ao vivo, captação de áudio, gravação, operação técnica e disponibilização de conteúdo audiovisual das sessões legislativas e demais eventos realizados na Câmara Municipal de Piên/PR.

A execução contratual demanda comparecimento presencial ao plenário da Câmara, montagem e desmontagem de equipamentos, testes técnicos prévios, integração com o sistema de som existente, acompanhamento das sessões, pronta resposta em caso de falha operacional, substituição de equipamentos, ajustes de transmissão e comunicação direta com a fiscalização contratual, circunstâncias que tornam relevante a proximidade operacional do fornecedor.

A prioridade local também se harmoniza com a política pública municipal de desenvolvimento econômico denominada "Piên Compra Aqui", instituída pela Lei Municipal nº 1.625/2026, sem



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

configurar reserva absoluta de mercado ou vedação à participação de MEI, ME e EPP sediadas em outras localidades.

A medida busca fomentar o desenvolvimento econômico municipal, ampliar a eficiência da política pública local, reduzir riscos de inexecução, facilitar a fiscalização contratual, favorecer a agilidade no atendimento presencial e preservar a vantajosidade administrativa, desde que observada a margem máxima de até 10% sobre o melhor preço válido, a compatibilidade com os preços de mercado e a existência de, no mínimo, 03 fornecedores locais aptos e potencialmente competitivos.

A aplicação da prioridade local ficará condicionada à comprovação, nos autos da fase preparatória, da existência de fornecedores locais compatíveis com o objeto, mediante consulta ao cadastro econômico municipal, cartões CNPJ, mapa de empresas, CNAEs compatíveis ou outros documentos oficiais idôneos, sem prejuízo da pesquisa ampla de preços e da observância dos princípios da competitividade, isonomia, economicidade, eficiência e interesse público.

### 3. Especificações técnicas mínimas

#### 3.1. Câmeras de vídeo

A empresa contratada deverá disponibilizar, no mínimo, **02 câmeras profissionais**, sendo:

a) **01 câmera do tipo PTZ**, com as seguintes características mínimas:

- I. movimentação horizontal e vertical remota;
- II. função Pan, Tilt e Zoom;
- III. controle remoto ou controle por software/controladora;
- IV. presets programáveis para enquadramentos automáticos;
- V. resolução mínima Full HD, 1920 x 1080 pixels;
- VI. taxa mínima de 30 fps;
- VII. saída de vídeo limpa compatível com HDMI, SDI, USB ou tecnologia equivalente.

b) **01 câmera profissional fixa ou móvel**, com as seguintes características mínimas:

- I. resolução mínima Full HD, 1920 x 1080 pixels;
- II. taxa mínima de 30 fps;
- III. saída limpa de vídeo compatível com HDMI, SDI, USB ou tecnologia equivalente;
- IV. capacidade de operação contínua durante toda a sessão;
- V. ajuste automático ou manual de foco, exposição e balanço de branco.

As câmeras deverão operar simultaneamente durante a sessão, integradas ao sistema de corte/transmissão, permitindo alternância de enquadramentos em tempo real.

O posicionamento mínimo deverá contemplar:

- a) uma câmera destinada ao plano geral do plenário, mesa diretora e ambiente institucional;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

b) uma câmera destinada ao enquadramento dos vereadores, autoridades, convidados ou demais oradores durante o uso da palavra.

Será admitido o emprego de câmeras com resolução superior, inclusive 4K, desde que sem acréscimo obrigatório de custo e sem prejuízo da compatibilidade com a transmissão mínima em Full HD.

### **3.2. Tripés, suportes e estrutura de fixação**

A contratada deverá disponibilizar tripés, suportes, bases, cabeamentos e demais acessórios necessários à adequada fixação, estabilidade e operação das câmeras.

Os equipamentos deverão ser instalados de forma segura, organizada e compatível com a estrutura física do plenário, sem obstruir a circulação de vereadores, servidores, autoridades, convidados ou público.

### **3.3. Sistema de corte e transmissão**

A contratada deverá disponibilizar sistema de corte e transmissão ao vivo, físico ou por software, com as seguintes características mínimas:

- a) alternância entre as câmeras em tempo real;
- b) suporte a, no mínimo, 02 entradas de vídeo simultâneas;
- d) saída dedicada para transmissão ao vivo;
- e) compatibilidade com transmissão em Full HD;
- f) possibilidade de inserção de elementos gráficos básicos, tais como identificação da sessão, nome de vereadores ou oradores, pauta ou demais informações previamente aprovadas pela Câmara.

A inserção de artes, vinhetas, identificações e demais materiais gráficos dependerá de fornecimento ou aprovação prévia pela Câmara Municipal, ressalvada a possibilidade de a contratada realizar ajustes técnicos simples necessários à transmissão.

### **3.4. Sistema de áudio**

A contratada deverá realizar a captação, integração, controle e monitoramento do áudio da sessão, observadas as seguintes condições mínimas:

- a) integração com o sistema de som existente da Câmara Municipal;
- b) uso de cabos, adaptadores, interfaces de áudio, direct box, mesa de som ou equipamentos equivalentes, quando necessários;
- c) captação limpa, clara e inteligível da fala dos vereadores, autoridades, convidados e demais oradores;
- d) controle de níveis de áudio durante a transmissão;
- e) sincronização entre áudio e vídeo;
- f) redução de ruídos, distorções, microfônias ou variações bruscas de volume, na medida tecnicamente possível.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

A Câmara Municipal disponibilizará a infraestrutura física e o sistema de som existente no plenário. Caberá à contratada avaliar, antes do início da sessão, a compatibilidade técnica para integração do áudio e comunicar formalmente eventual impossibilidade, deficiência ou necessidade de ajuste estrutural que dependa da Administração.

### **3.5. Equipamento de processamento, encoder e transmissão**

A contratada deverá disponibilizar computador, notebook, encoder físico ou solução equivalente, exclusivo para a operação da transmissão, com capacidade mínima para transmissão contínua em Full HD, observados os seguintes requisitos mínimos:

- a) softwares licenciados, gratuitos ou próprios, aptos à transmissão ao vivo, gravação local, inserção de elementos gráficos e eventual legendagem.

Não será exigida marca, modelo ou fabricante específico, admitindo-se solução técnica equivalente ou superior, desde que comprovadamente apta a executar o objeto contratado.

### **3.6. Internet**

A conexão de internet será disponibilizada pela Câmara Municipal.

A contratada deverá:

- a) utilizar a conexão fornecida pela Câmara para a transmissão ao vivo;
- b) realizar teste prévio de velocidade, estabilidade e conectividade antes de cada sessão;
- c) comunicar imediatamente ao fiscal do contrato eventual instabilidade, insuficiência de banda, queda de conexão ou problema externo que possa comprometer a transmissão;
- d) registrar, quando necessário, a ocorrência técnica que não seja imputável à contratada.

A contratada não será responsabilizada por falhas exclusivamente decorrentes da conexão de internet fornecida pela Câmara, desde que comprove a realização dos testes prévios e a adoção das providências técnicas cabíveis para mitigação do problema.

### **3.7. Plataformas de transmissão**

A transmissão deverá ser realizada, no mínimo, nas plataformas digitais indicadas pela Câmara Municipal, especialmente YouTube e Facebook, podendo ser utilizada outra plataforma oficial ou institucional mediante solicitação da Administração.

A transmissão deverá observar qualidade mínima em Full HD, ressalvadas limitações técnicas da internet disponibilizada, das plataformas digitais utilizadas ou de fatores externos não imputáveis à contratada.

## **4. Equipe técnica mínima**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica para a execução integral dos serviços, composta, por:

- a) **01 operador técnico de transmissão audiovisual**, responsável pela operação do sistema de transmissão, monitoramento do streaming, controle de corte, gravação e integração dos equipamentos;
- b) **01 profissional técnico de som**, que poderá acumular função com outro membro da equipe, desde que comprovada a viabilidade operacional e mantida a qualidade do serviço.

A acumulação de funções será admitida quando a solução técnica apresentada permitir a execução simultânea das atividades sem prejuízo da qualidade mínima exigida, especialmente em sessões ordinárias de menor complexidade.

### 5. Equipe técnica

A contratada deverá disponibilizar os recursos técnicos e humanos necessários à execução integral dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a definição da forma de organização da equipe, bem como da alocação de profissionais e divisão de funções, desde que assegurada, em todos os casos, a qualidade mínima exigida.

A Câmara Municipal não exige a disponibilização de quantitativo mínimo fixo de profissionais, tampouco modelo rígido de equipe, sendo de responsabilidade da contratada a estruturação da solução operacional mais adequada à execução do objeto contratado, inclusive com possibilidade de acumulação de funções por um mesmo profissional.

A contratação tem como objeto a prestação do serviço em si, sendo a organização interna da equipe um meio de execução de responsabilidade exclusiva da contratada.

De forma referencial, as atividades envolvidas na execução dos serviços compreendem:

- a) operação técnica de transmissão audiovisual, incluindo operação do sistema de transmissão, monitoramento do streaming, controle de corte, gravação e integração dos equipamentos;
- b) operação de câmeras, incluindo enquadramento, movimentação, presets e ajustes;
- c) operação de áudio, podendo esta função ser acumulada com outras, desde que garantida a adequada qualidade sonora.

### 8. Testes prévios

A contratada deverá realizar testes técnicos com antecedência mínima de **30 minutos** antes do início de cada sessão ou evento, compreendendo, no mínimo:

- a) teste de câmeras;
- b) teste de enquadramento;
- c) teste de áudio;
- d) teste de sincronização entre áudio e vídeo;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- e) teste de conexão de internet disponibilizada pela Câmara;
- f) teste de transmissão privada, não listada ou ambiente equivalente, quando tecnicamente possível;
- g) conferência da gravação local;
- h) conferência de legendagem, quando aplicável.

A sessão somente deverá iniciar a transmissão pública após verificação mínima de funcionamento do sistema, ressalvadas situações de urgência, determinação da Presidência ou impossibilidade técnica não imputável à contratada.

### 9. Gravação e armazenamento

A contratada deverá realizar a gravação integral das sessões e eventos abrangidos pela contratação, independentemente da transmissão ao vivo.

O arquivo final deverá ser entregue em formato digital compatível, preferencialmente MP4 ou similar, com qualidade mínima Full HD, salvo impossibilidade técnica justificada.

A contratada deverá manter cópia de segurança dos arquivos pelo prazo mínimo de **90 dias**, contado da data da sessão, salvo prazo superior previsto no termo de referência ou solicitado pela Câmara.

### 10. Disponibilização do conteúdo

A contratada deverá disponibilizar o vídeo integral da sessão em até **3 dias** após o encerramento da transmissão, salvo impedimento técnico justificado.

A disponibilização poderá ocorrer por:

- a) upload na plataforma oficial indicada pela Câmara;
- b) envio de link para download;
- c) armazenamento em nuvem;
- d) entrega por mídia digital, quando solicitado;
- e) outro meio previamente ajustado com a Administração.

### 11. Responsabilidades da contratada

Compete à contratada:

- a) fornecer todos os equipamentos necessários à execução dos serviços;
- b) realizar montagem, instalação, operação e desmontagem dos equipamentos;
- c) organizar cabos, suportes e ambiente técnico de operação;
- d) operar câmeras, sistema de áudio, corte, gravação e transmissão;
- e) realizar testes prévios;
- f) monitorar áudio, vídeo, conexão e transmissão durante toda a sessão;
- g) realizar gravação integral do conteúdo;
- h) disponibilizar o vídeo final;
- i) substituir equipamento defeituoso ou apresentar solução técnica equivalente em caso de falha;
- j) manter postura profissional e discrição durante as sessões;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

- k) preservar a integridade dos arquivos audiovisuais;
- l) observar as orientações do fiscal do contrato e da Presidência da Câmara.

### **12. Responsabilidades da Câmara Municipal**

Compete à Câmara Municipal:

- a) disponibilizar acesso ao plenário ou local de realização da sessão com antecedência de uma hora antes da realização da sessão;
- b) disponibilizar conexão de internet no local;
- c) disponibilizar acesso ao sistema de som existente, quando houver;
- d) informar previamente data, horário e local das sessões;
- e) fornecer pauta, identificação de vereadores, relação de inscritos, convidados e demais informações úteis à transmissão;
- f) fornecer ou aprovar previamente vinhetas, artes, logomarcas, brasões, identificação visual e demais materiais institucionais;
- g) indicar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

### **13. Critérios mínimos de qualidade**

Os serviços deverão observar os seguintes critérios mínimos:

- a) imagem estável, sem tremores excessivos;
- b) enquadramento adequado da mesa diretora, plenário, vereadores, autoridades e oradores;
- c) áudio claro e inteligível;
- d) sincronização entre áudio e vídeo;
- e) transmissão contínua, salvo falhas externas justificadas;
- f) gravação integral da sessão;
- g) alternância de câmeras compatível com o uso da palavra;
- h) disponibilização do vídeo em prazo definido.

### **14. Frequência dos serviços**

Os serviços abrangerão:

- a) sessões ordinárias semanais;
- b) sessões extraordinárias;
- c) sessões solenes;
- d) audiências públicas;
- e) eventos institucionais promovidos ou indicados pela Câmara Municipal, conforme demanda.

A formação de preços dar-se-á da seguinte forma:

- a) para sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas e eventos promovidos pela Câmara municipal em dias úteis serão considerados para fins de pagamento, (01) uma sessão limitada a (100) cem minutos de transmissão. Os excedentes que venham a ocorrer serão pagos na fração de cada minuto excedente utilizado.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

b) Para eventos ou sessões realizadas em dias não úteis será pago na mesma forma da alínea A, com adicional os excedentes que venham a ocorrer serão pagos na fração de cada minuto excedente utilizado.

## 15. Falhas técnicas e contingência

Em caso de falha de equipamento essencial, a contratada deverá adotar providências imediatas para restabelecimento da transmissão ou preservação da gravação, mediante substituição de equipamento, alteração de configuração ou solução técnica equivalente.

Quando a falha decorrer de internet, energia elétrica, sistema de som da Câmara, plataformas digitais ou fatores externos não imputáveis à contratada, deverá ser registrado o ocorrido, sem prejuízo da adoção das medidas possíveis para continuidade da gravação ou posterior disponibilização do conteúdo.

## 16. Vedação a direcionamento

As especificações constantes deste instrumento não indicam marca, modelo ou fabricante específico, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos mínimos de desempenho, qualidade, compatibilidade e continuidade necessários à adequada execução do objeto.

## 9. FONTE ORÇAMENTARIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Piên.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ

3.3.90.39.59.00 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto

## 10. LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. LOCAL: Rua Amazonas, 170, Centro, Piên PR.

10.2. PRAZO: Início em até 7 dias a partir da assinatura do Contrato.

## 11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

## 12. VIGÊNCIA DO CONTRATO





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

12.1 VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato terá vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais. Em caso de prorrogação será utilizado como índice oficial o INPC para fins de recomposição.

12.	<b>FONTES DE PESQUISA</b>
-----	---------------------------

12.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.

- PESQUISA DIRETA COM POTENCIAIS FORNECEDORES
- BANCO DE PREÇOS PNCP

Elaborado em dia 16 de junho de 2026.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

## ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxxxxxxx  
REFERENTE AO PREGÃO Nº xxxxxxxx

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN XXXXXX.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 170, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Presidente Sr Almir Pedro Mielke, portador da CI nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXXXXXXX, XXXXX em XXXXXXXX/PR, CEP: XXXXXXXX Fone (XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX neste ato representado pelo, Sr (a). XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº. XXXXXXXXXXXX doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

### DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

1.1. **Cláusula Primeira:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem, transmissão e registro audiovisual das sessões legislativas da Câmara Municipal de Piên, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no termo de referência deste instrumento.

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

1	Transmissão das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes	Quant	Valor UN.	Valor Total



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

--	--	--	--	--

**Parágrafo Primeiro:** Os serviços prestados e os materiais fornecidos deverão seguir as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme relatório em anexo a esse contrato.

**Parágrafo Segundo:** O valor do presente contrato correspondente ao preço obtido através PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 é de R\$XXXXX (XXXXXXX) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

**Parágrafo Terceiro:** Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

**Parágrafo Quarto:** Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto deste Pregão ao **Órgão Contratante**.

### DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

**Cláusula Segunda:** A entrega e o recebimento do(s) objeto(s) do presente contrato será efetuada em conformidade com as cláusulas dispostas no termo de referência.

**Parágrafo Primeiro:** Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os equipamentos e materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**Parágrafo Segundo:** Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis de sua entrega, conforme especificado no termo de referência.

### DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

**Cláusula Terceira:** Fica designado como fiscal do contrato a servidora Soeli Wendrechovski



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

**Parágrafo Segundo:** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO**

**Cláusula Quarta:** O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais. Em caso de prorrogação será utilizado como índice oficial o INPC para fins de recomposição.

**Parágrafo Primeiro:** A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

**Parágrafo Segundo:** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**Parágrafo Terceiro:** O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

**Parágrafo Quarto:** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo Quinto:** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**Parágrafo Sexto:** A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

**Parágrafo Sétimo:** A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

## **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).**

**Cláusula Quinta:** O valor total da contratação é de R\$ ..... (....).

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, que será devidamente atestada pelo responsável e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**Parágrafo Segundo:** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

**Parágrafo Quarto:** Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

**Parágrafo Quinto:** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

**Parágrafo Sexto:** Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

**Parágrafo Sétimo:** Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

**Parágrafo Oitavo:** Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

**Parágrafo Nono:** Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

### DO REAJUSTE

**Cláusula Sexta:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

**Parágrafo Primeiro:** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**Parágrafo Segundo:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**Parágrafo Terceiro:** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**Parágrafo Quarto:** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Parágrafo Quinto:** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Parágrafo Sexto:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Parágrafo Sétimo:** O reajuste será realizado por apostilamento.

## DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

**Cláusula Sétima:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelos códigos:

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ  
01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo  
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ  
3.3.90.39.59.00 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto

## DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**Cláusula Oitava:** Constitui direitos da CÂMARA receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

**Parágrafo Primeiro** – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Efetuar a prestação dos serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Efetuar montagem e testes prévios nos equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- f)** Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
- i)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- j)** Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
- k)** No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a câmara municipal.
- l)** A responsabilidade pela qualidade do material fornecido é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

### **Parágrafo Segundo** – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis*, admitida a prorrogação motivada, por igual período;





## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)**

**Cláusula Nona:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Cláusula Décima:** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**parágrafo Primeiro: Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Parágrafo Segundo: Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g” da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Parágrafo Terceiro: Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” da cláusula nona deste contrato, bem como nas



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Parágrafo Quarto: Multa:**

#### **I – Moratória:**

- a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
- d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **II – Compensatória:**

- a) Para a infração descrita na alínea “a” da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
- b) Para a infração descrita na alínea “b” da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
- c) Para a infração descrita na alínea “c” da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
- d) Para a infração descrita na alínea “d” da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- e) Para as infrações previstas nas alíneas “e”; “f”; e “g” da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- f) Para as infrações previstas nas alíneas “h”; “i”; “j”; “k”; e “l” da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Parágrafo Quinto:** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo Sexto:** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**Parágrafo Sétimo:** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo Oitavo:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo Nono:** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Décimo:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Décimo-Primeiro:** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.

II – as peculiaridades do caso concreto.

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV – os danos que dela provierem para o contratante.

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Décimo-Segundo:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Décimo-Terceiro:** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo-Quarto:** Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

**Parágrafo Décimo-Quinto:** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo-Sexto:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).**

**Cláusula Décima-Primeira:** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**Parágrafo Primeiro:** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Parágrafo Segundo:** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Parágrafo Terceiro:** Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

**Parágrafo Quarto:** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

**Parágrafo Quinto:** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**Parágrafo Sexto:** No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Sexto:** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III – Indenizações e multas.

**Parágrafo Sétimo:** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

**Parágrafo Oitavo:** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

**Cláusula Décima Primeira:** O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Câmara Municipal de Piên/Pr.

**Parágrafo Único:** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

## DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

**Cláusula Décima Segunda:** Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

## DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

**Cláusula Décima Terceira:** Concorde o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên, XX de XXXX de 2026.

\_\_\_\_\_  
**ALMIR PEDRO MIELKE**

Presidente  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: \_\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

### ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº xxx/2026.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

- a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Câmara Municipal de Piên;
- c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
- e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).

(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

## ANEXO IV PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

A Camara Municipal de Piên  
Sr. Pregoeiro,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

Item	Unid	Qtde	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

O prazo de validade da proposta de preços é de **(inserir o prazo de validade) ((inserir o prazo de validade por extenso))** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

**CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná**

### **ANEXO V**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa .....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2026, cujo objeto é ... .

.....  
(Local e data)

.....  
Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)



# CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN

#### DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... nº ...../....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

**OBS:** Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. ( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
(Local e data)

.....  
(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

#### Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

\_\_\_\_\_  
NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL